

# POLÍTICAS PÚBLICAS E HOMOFOBIA: DIÁRIO DE CAMPO EM UMA ESCOLA DESTINADA AO PÚBLICO LGBTTT\*

RENAN ANTÔNIO SILVA  
Universidade Estadual Paulista  
lepp@rc.unesp.br

**RESUMO** Algumas das políticas públicas inseridas no Governo Federal têm como finalidade sanar questões relativas à homofobia no ambiente escolar. O Programa Federal Brasil “Sem Homofobia” foi lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) em 2004, por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Esse programa tem como objetivo combater a violência e a discriminação contra o grupo LGBT e promover a cidadania homossexual, questionando temas relativos à homossexualidade em todos os ministérios do Governo, além de propor políticas que apreciem essa população nas mais variadas esferas, entre elas a educação. No âmbito dessas políticas, foi criada em Campinas-SP uma escola voltada para o público LGBT, chamada E-JOVEM. Desse modo, este artigo objetiva conhecer a realidade vivida pelos alunos e professores nessa referida escola e as possíveis transformações experimentadas tanto no âmbito pessoal (aprendizagem, liberdade, entre outros) quanto no âmbito coletivo, relativo ao combate à homofobia. A coleta de dados aconteceu em duas etapas: inicialmente foram realizadas observações participantes no ambiente escolar, e em seguida foram feitas entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes da escola. Os resultados preliminares apontam que se afirmar gay ou lésbica é dizer, em princípio, que não viverá segundo o natural e o convencional, que irá experimentar uma forma nova de casamento e família, que não a esperada por pais, tios, avós etc. Quem se assume homossexual espera apoio, amor, aceitação e respeito, é nítido esse anseio por parte dos alunos. Assumir-se homossexual é correr o risco de se tornar estrangeiro, de desabrigar-se, de lutar pela própria sobrevivência.

**PALAVRAS-CHAVE:** HOMOFOBIA; EDUCAÇÃO; POLÍTICAS PÚBLICAS; DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL; DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE.

---

\* Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

**ABSTRACT** Some of the policies incorporated in the Federal Government are intended to remedy issues of homophobia in the school environment. The Federal Program Brazil “Without Homophobia” was launched by the Special Secretariat for Human Rights (SEDH) in 2004, through the National Council for Combating Discrimination (CNCD). This program aims to combat violence and discrimination against LGBT citizens and promote homosexual, questioning issues related to homosexuality in all Government Ministries and propose policies that enjoy this population in various spheres, including education. Under these policies, was established in Campinas-SP a school focused on LGBT public, called E-Young. The current research project focuses on the investigation of the reality experienced by the students of this school, in order to verify the possible transformations in both personal (learning, freedom, among others) and in the collective on combating homophobia. Data collection will take place in two stages: conducted participant observation in the school environment, then a field diary initially was conducted. Preliminary results indicate that assert themselves gay or lesbian is to say, at first, that does not live according to the natural and conventional, which will experience a new form of marriage and family, than expected by parents, uncles, grandparents, etc. Who assumes homosexual expected support, love, acceptance and respect, it is clear that yearning by the students. Coming out gay is risking becoming alien, the uncloaked himself, going to life to fight for his own survival. **KEYWORDS:** HOMOPHOBIA; EDUCATION; PUBLIC POLICIES; DEVELOPMENT HUMAN AND SOCIAL DEVELOPMENT; DEVELOPMENT AS FREEDOM.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é fundamentado nas reflexões sobre homofobia e política (BORRILLO, 2001; WELZER-LANG, 2001; TIN, 2008; SCHULMAN, 2009) desenvolvida no campo das Ciências Humanas. Procura pensar, principalmente, por meio das ferramentas teóricas e metodológicas da Antropologia e da História (LEGOFF, 1990; MAUSS, 1993; PORTELLI, 1996; EVANS-PRITCHARD, 2007), como as violências, toleradas pela população homossexual na escola, torna-se uma categoria de política pública no âmbito do Ministério da Educação do Governo Federal que lançou, em 2004, o Programa Federal Brasil “Sem Homofobia”, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), por intermédio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Tendo como subtítulo “Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual”, propõe questionar temas relativos à homossexualidade em todos os ministérios do Governo e requerer políticas que apreciem essa população nas mais variadas esferas, entre elas a educação.

Buscando sanar a problemática existente, o Governo Federal autorizou, em 2009, com o financiamento do Ministério da Cultura (MINC), a abertura da Escola E-JOVEM, voltada para o público gay do Brasil. Instalada na cidade de Campinas, interior de São Paulo, a escola oferece aulas de Expressão Literária, Expressão Cênica, Espanhol, Sociologia da Homossexualidade, Dança e Expressão Artística, além de um curso para a formação de *dragqueens*.

O projeto da escola E-JOVEM, segundo Saito (2011, p. 76), tenta responder a uma questão social preocupante: A taxa de suicídio de adolescentes gays é entre três a quatro vezes maior que entre héteros. Entre seus planos está a campanha “Escola Amiga”, que pretende levar às instituições de ensino diretrizes para acabar com a homofobia. É um plano a longo prazo que vislumbra uma sociedade formada por cidadãos educados desde cedo para aceitar a diversidade.

A escola E-JOVEM foi criada após três anos de existência da ONG (com o mesmo nome) como uma forma de extirpar a homofobia (que engloba um rol de preconceitos e violências sofridas pela população homossexual) e de promover uma socialização diferenciada, e se constituiu a fim de provocar mudanças na realidade social, no que tange às vivências das sexualidades.

Sendo uma escola de ensino técnico, a escola E-JOVEM tem em seu projeto pedagógico matérias diferenciadas para envolver o público atendido, sendo as de Expressão Cultural Multimídia divididas em três áreas a serem desenvolvidas e aprofundadas ao longo de três anos, são elas: Expressão Artística (Dança – ano 1, Música – ano 2 e Performance (*Drag Queen*) – ano 3), Expressão Cênica (WEB TV – ano 1, Teatro – ano 2, Cinema – ano 3) e Expressão Gráfica (Fanzine – ano 1, Revista – ano 2 e Livro – ano 3), tendo como objetivo dos cursos a circulação no Estado de São Paulo do material produzido pelos alunos, como CDs, DVDs, livros, revistas, peças de teatro e espetáculos de *dragqueens*.

Em janeiro de 2010, após a autorização do MEC e com o repasse do Ministério da Cultura (MINC), foram abertas as inscrições para os cursos oferecidos pela escola E-JOVEM, sendo aceitos prioritariamente interessados com idade entre 12 a 18 anos (outras faixas de idade eram aceitas se houvessem vagas remanescentes). As inscrições desde o início foram abertas ao público heterossexual, aceitando os “simpatizantes” do público LGBT como ingressantes no ensino técnico da escola.

O principal objetivo da E-JOVEM é oferecer ao jovem todas as ferramentas para que ele possa se expressar, conhecer a Cultura LGBT, e produzir a sua própria cultura, propondo uma socialização diferenciada.

O objetivo geral deste artigo é conhecer a realidade vivida pelos alunos e professores na escola E-JOVEM e as possíveis transformações experimentadas tanto no âmbito pessoal (aprendizagem, liberdade, entre outros) quanto no âmbito coletivo, relativo ao combate à homofobia, além de descrever a estrutura e o ambiente físico, social e educacional da Escola E-Jovem; levantar e analisar avanços e supostos impasses, de diversas ordens, vividos e assumidos pela experiência pedagógica, relacionando-os às políticas públicas que a originaram e seus objetivos.

Este trabalho insere-se em uma leitura interdisciplinar, coletando metodologias e teorias para dar conta do trabalho envolvido na produção e elaboração das políticas de combate à homofobia, como proposto pelo próprio MEC. Neste trabalho, coube estudar um caso (E-JOVEM) e refletir acerca dos avanços e dificuldades na implementação de políticas públicas de combate à homofobia.

Os dados obtidos deram luz aos problemas essenciais da natureza e funcionamento da cultura e do comportamento social humano.

Em um trabalho do tipo etnográfico destacam-se: (a) o papel da teoria na construção das categorias; (b) a necessidade de se respeitar princípios da etnografia, como a relativização (centrar-se na perspectiva do outro) e o estranhamento (esforço deliberado de análise do familiar como se fosse estranho); (c) o desenvolvimento do trabalho de campo com apoio em observação planejada, e em instrumentos e registros bem elaborados. Aponta-se a importância de que o relatório apresente vinhetas descritivas, citações literais de falas e de documentos que comprovem as interpretações feitas e que sejam explicitadas as justificativas de escolhas teóricas e metodológicas do pesquisador em cada momento e para cada finalidade. Fase exploratória ou descritiva, realizada por meio de Observação Participante. Nessa fase, o pesquisador realizou visitas à Escola E-JOVEM, com objetivo de analisar o cotidiano vivido pelas pessoas nesse local (ambiente escolar: direção, professores e alunos). Os dados obtidos pelas observações e conversas informais com os atores sociais foram registrados sistematicamente em diário de campo.

A observação participante combina simultaneamente a análise documental, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e observação direta e a introspecção. Consequentemente, é um tipo de estratégia que pressupõe um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada.

A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações de determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS, 1996, p.79). A observação também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade. Essa técnica é denominada observação assistemática, por meio da qual o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem planejamento ou controle. Geralmente, esse tipo de observação é empregado em estudos exploratórios sobre o campo a ser pesquisado.

A observação participante se distingue da observação informal, ou melhor, da observação comum. Essa distinção ocorre na medida em que pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles, neste caso, na E-JOVEM. Esse tipo de coleta de dados, muitas vezes, leva o pesquisador a adotar temporariamente um estilo de vida que é próprio do grupo que está sendo pesquisado.

A pesquisa em andamento trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, configurando-se como um estudo de caso, realizado na escola E-JOVEM.

## **DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E HOMOFOBIA**

Se o desenvolvimento da civilização é tão semelhante ao do indivíduo, e se usa os mesmos meios, não teríamos o direito de diagnosticar que muitas civilizações, ou épocas culturais – talvez até a humanidade inteira – se tornaram neuróticas sob a influência do seu esforço de civilização? –Sigmund Freud.

Em 1950, um ramo de estudo intitulado a “economia do desenvolvimento” tinha como principal preocupação os meios para a promoção e o crescimento da renda per capita, tendo a ideia central de que existia uma relação direta entre o consumo, a renda e a satisfação, lidando com os aspectos econômicos do processo de desenvolvimento dos países menos ricos, focando não só os métodos para promover o crescimento econômico e a mudança estrutural, mas também, em como melhorar o potencial da sociedade no geral.

O nível de riqueza gerado pelo processo de globalização teve os seus aspectos negativos, problemas evidenciados como a fome, a pobreza, a falta de liberdades, os preconceitos, os regimes autoritários, entre outros. Tendo em vista essas reais problemáticas, o economista indiano Amartya Sen, homenageado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1998, questiona porque isso até hoje acontece, como o acúmulo de bens, riquezas, não supre o bem-estar social de toda a sociedade (apenas uma minoria). Para o economista, a promoção do bem-estar (desenvolvimento), deve passar por várias questões, não tão-somente as questões econômicas, orientando-se pelo questionamento de qual é o valor próprio da vida humana, que perpassa por estar livre de doenças evitáveis, de uma morte prematura, ter uma boa alimentação, e a de ser um cidadão apto a exercer sua “cidadania”, que sabe questionar, que sabe de seus direitos e deveres, que tem a “liberdade” como precursora de sua vida, sendo possível desenvolver suas potencialidades.

O desenvolvimento pode ser visto, argumenta-se aqui, como um processo de expansão das liberdades reais de que desfrutam as pessoas. Enfocar a liberdade humana contrasta com concepções mais estreitas do desenvolvimento, como as que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto ou com o aumento da renda pessoal, ou com a industrialização, ou com o avanço tecnológico, ou com a modernizaçãosocial... Ver o desenvolvimento em termos da expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que tornam o desenvolvimento importante, antes que meramente para os meios, que, *inter ali* cumprem parte proeminente no processo (SEN, 1993, p.13).

Em muitos livros e artigos, o desenvolvimento enquadra-se apenas na definição econômica, porém, desenvolvimento pode ser difundido como um processo de alargamento das liberdades vivenciadas (reais) de que uma pessoa possa usufruir.

SILVA (2003), ao pesquisar Amartya Sen, mostra que a expansão da liberdade é o fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua ação racional.

A busca pela liberdade de cada ser humano é fundamental para a sua emancipação diante de posições preestabelecidas, sejam elas pelo Estado, família ou religião, que direcionam o homem para certo caminho sem ao menos deixá-lo questionar se aceita ou não seguir sendo guiado. Em vários momentos da História, certas liberdades como as políticas sociais são vistas como “constituintes do desenvolvimento” ou “indutoras do desenvolvimento” (sendo elas as participações sociais, busca pelos direitos e até mesmo manifestos populares), onde o indivíduo demonstra querer ser livre diante de uma opressão, muitas

vezes, massacrante, que o inviabiliza de dar suas opiniões e até mesmo de ter a sua individualidade garantida. Políticas sociais, essas, onde ações governamentais desenvolvidas em conjunto por meio de programas proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma equânime e justa, acarretando em sua liberdade.

Ter a liberdade para fazer coisas a que se atribui valor por si mesmo, e melhorar as condições para se obter resultados. A liberdade não é só a base da avaliação do sucesso e do fracasso, mas também, a principal determinante da iniciativa individual e da eficácia social(SILVA, 2003, p.34).

As liberdades efetivadas contribuem para o alargamento da liberdade humana em geral, promovendo, assim, o desenvolvimento. Liberdades que incluem o combate à fome, participação política, liberdade religiosa, liberdade de expressão, educação, saúde etc. Entre essas liberdades, destaca-se a busca pelos “direitos de igualdade”, iniciada no final dos anos 70, caracterizada, entre outras, pelo processo de ressurreição da sociedade civil, onde vários movimentos sociais vieram à tona, entre eles a de grupos de gays e lésbicas, que até aquele momento, eram vistos como “marginais”, sem direito de existência social, apenas ao desprezo e a hostilização e, que após essa visibilidade, passaram a ter suas potencialidades à mostra, como forma de liberdade, realizando combinações de funcionamento alternativas, levando diferentes estilos de vida (fora do padrão preestabelecido). Essa diversidade reflete na extensão das realizações e liberdades.

Muitas vezes, a expansão de liberdades de uns gera o “estranhamento” de outros, que não acostumados com tal sentem-se feridos ou por fora do jogo de interesse. Por isso, as mudanças sociais devem ser acompanhadas de um debate público e esclarecimentos, podendo ambas as vozes serem ouvidas, para que se obtenha mudanças de mentalidade, no sentido de sair de uma lógica excludente, buscando uma nova: que inclui, que integra e que permite crescimento. Este seria um modo de construção democrática, em que a heterogeneidade das preferências e dos valores seria colocada em diálogo.

No caso do movimento pela inclusão social de gays, pode-se observar o seguinte:

O movimento *gay* começou a se organizar entre o final da década de 1970 e o início dos anos de 1980. Não somente o movimento *gay*, mas outros grupos sociais, nesta época articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento, de cidadania plena e pela luta por direitos civis. Essas reivindicações demonstravam a importância do contexto político em que se desenvolviam(FERRARI, 2006, p.11).

MALUF (2000) afirma que a diversidade de situações como expressão de desigualdade com sentido quantitativo constitui-se na dimensão tradicionalmente realçada nas análises sobre os processos de desenvolvimento. Tome-se a noção de desenvolvimento desigual que expressa, a rigor, uma característica intrínseca ao desenvolvimento capitalista que dá lugar aos processos de diferenciação entre os agentes econômicos (concentração de capital), entre as regiões (concentração espacial) e mesmo entre os países. O sentido quantitativo



vo da desigualdade fica evidente quando as situações de iniquidade resultantes do processo de diferenciação são avaliadas por meio da comparação entre “os que têm mais” e os “que têm menos”, comparações que carregam, ao menos implicitamente, uma expectativa de convergência, colocando em pauta a homossexualidade, em que direitos ou liberdades são cerceadas por conta de preconceitos, deixando um grupo social apenas na busca por aquilo que lhe é de direito, mas que não pode ser realizado, ocasionando uma desigualdade.

Ao refletirmos sobre a homossexualidade e a falta de liberdades, vemos que além da questão de gênero, a economia pode influenciar ou agravar o preconceito contra o grupo LGBTTT. Diferenças nos contextos político, cultural e econômico geram uma realidade e condições distintas daquelas enfrentadas por gays e lésbicas em países desenvolvidos, e até mesmo, em uma mesma localidade, onde um homossexual rico contempla de mais respeito do que um homossexual pobre, tendo uma capacidade valorizada e outra negada (respeito por sua orientação sexual e desvio por sua renda).

Isto não quer dizer, é claro, que gays e lésbicas de classe mais baixa não tenham condições de encontrar e conhecer outras pessoas com uma orientação sexual semelhante ou não consigam estabelecer redes de contatos com outros homossexuais. No entanto, classe interfere neste processo de maneira significativa. Para os setores populares no Brasil, a função econômica da família retém uma grande importância. A renda de classes mais baixas é irregular e pequena, tornando muito difícil a independência econômica de um indivíduo de sua família, gerando preconceitos (MARSIAJ, 2003, p.32).

Contemplar distintas capacidades implica, por sua própria natureza, um enfoque pluralista, que passa por diversos fatores, entre eles na manutenção de direitos e até mesmo na condição de se exercê-los, porém, é nítido que poucas pessoas podem conceber tais privilégios. De fato, temos a necessidade de considerarmos desenvolvimento como uma combinação de distintos processos, ao invés de imaginá-lo como a expansão de uma magnitude aparentemente homogênea, como a aceitação da pluralidade e orientação sexual, refutando a noção de que se temos uma capacidade garantida e outra não, isso se torna um “entrave social”, pois se evolui em um sentido e se retrocede em outros.

As coisas que as pessoas consideram valioso fazer ou ser podem ser muito diversas, e as capacidades valiosas variam desde a liberdade elementar, tais como livrar-se da fome e da desnutrição, até capacidades complexas, tais como a obtenção do auto-respeito e a participação social. O desafio do desenvolvimento humano requer atenção a uma variedade de questões setoriais e a uma combinação de processos sociais (SEN, 1993, p.76).

O sociólogo e filósofo alemão Axel Honneth, representante da tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt, que sustenta a teoria habermasiana,<sup>1</sup> afirma que a sociedade pre-

<sup>1</sup> Teoria ligada a Jürgen Habermas (Düsseldorf, 18 de junho de 1929). Filósofo e sociólogo alemão, inserido na tradição da teoria crítica e do pragmatismo. É conhecido por suas teorias sobre a racionalidade comunicativa e a esfera pública.

cisa ser criticada do ponto de vista do horizonte da dimensão da intersubjetividade social (condição da vida social que permite a partilha de sentidos, experiências e conhecimentos entre sujeitos), na qual as instituições estão inseridas, sendo assim, a sociedade poderia ser desenvolvida a partir do conceito hegeliano<sup>2</sup> de luta por reconhecimento (respeito), onde a população envolvida busca caminhos para melhorias. Para Honneth, o tipo de reconhecimento característico das sociedades tradicionais é aquele ancorado na concepção de *status*: em sociedades desse tipo, um sujeito só consegue obter reconhecimento jurídico quando ele é reconhecido como membro ativo da comunidade, e garante o seu devido espaço.

Os atores sociais só conseguem desenvolver a consciência de que eles são pessoas de direito, e agir conseqüentemente, no momento em que surge historicamente uma forma de proteção jurídica contra a invasão da esfera da liberdade, que proteja a chance de participação na formação pública da vontade (HONNETH, 2003, p.15).

Pensando na questão de grupos LGBTTT, iniciados nos anos 70 e 80, onde atores sociais que lançaram projetos obtiveram grandes conquistas e ainda continuam lutando, visando mudanças, em especial, no combate contra a homofobia, vemos nitidamente uma busca pelos direitos e principalmente por suas liberdades. Na segunda metade dos anos de 1990, muitos processos e acontecimentos mostraram-se consideráveis no quadro de articulações, que caracterizaram o movimento na década de 1980 e em outras representações sociais sobre a homossexualidade, tradicionalmente marcadas pelo estigma e pelo preconceito. Entre essas mudanças, destaca-se o trabalho do Legislativo e do Judiciário, onde emergem diferentes iniciativas visando à coibição da discriminação e à ampliação de direitos. A luta em prol do respeito e principalmente por suas liberdades, introduz ao grupo LGBTTT conceitos derivados de Amartya Sen, pois nessas buscas o exercício da democracia, encarada como um leque de oportunidades a serem geradas, é afirmado.

Sabe-se que os conflitos por reconhecimento de direitos são avaliados por situações de desrespeito, principalmente quando se luta por questões que visam ao desenvolvimento social, e dessa forma, “tende a conter todos os pressupostos intersubjetivos que hoje precisam estar preenchidos para que os sujeitos se possam saber protegidos nas condições de sua auto-realização” (HONNETH, 2003, p. 270). Nas sociedades modernas, as relações de estima social são sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida.

Diante desse panorama, o intuito deste trabalho é investigar a escola E-JOVEM, verificando as ações que geram o desenvolvimento como liberdade ligadas à luta contra a homofobia.

---

<sup>2</sup> Diz respeito às teorias do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), um dos primeiros pensadores a preocupar-se com a “modernidade” como base dos estudos sociológicos.



## METODOLOGIA

Este artigo insere-se em uma leitura interdisciplinar, coletando metodologias e teorias da etnografia, principalmente, para dar conta do complexo envolvido na produção e elaboração das políticas de combate à homofobia, como proposto pelo próprio MEC. A proposta é a realização de um estudo de caso na escola E-JOVEM e refletir sobre os avanços e dificuldades na implementação de políticas públicas de combate à homofobia.

A coleta de dados aconteceu da forma descrita a seguir:

A) Fase exploratória ou descritiva, realizada por meio de Observação Participante. Nessa fase, o pesquisador realizou visitas à Escola E-JOVEM, com objetivo de observar o cotidiano vivido pelas pessoas nesse local (ambiente escolar: direção, professores e alunos). Os dados obtidos pelas observações e conversas informais com os atores sociais foram registrados sistematicamente em diário de campo.

B) Fase focalizada, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco docentes e cinco discentes da escola. As entrevistas foram transcritas na íntegra e deverão passar por uma análise de conteúdo.

Todos os cuidados éticos foram tomados na condução do estudo de campo.

## RESULTADOS PRELIMINARES

Como a pesquisa ainda está em andamento, serão apresentados no atual artigo resultados relativos à primeira fase da pesquisa.

### A E-JOVEM

A E-JOVEM foi fundada por Deco Ribeiro, em 2001. A escola é administrada com a esposa, Adrag Lohren Beauty, ou Chesler Moreira. A proposta da Escola Jovem LGBT é sanar a homofobia e divulgar as produções criadas por homossexuais.

Outro objetivo da Escola Jovem LGBT é incentivar novos trabalhos e criações, por isso oferece cursos ligados a produtos que possam ser distribuídos para a comunidade, como espetáculos de dança, vídeos para a internet e fanzines.

### DIÁRIO DE CAMPO: AQUI SOU DIFERENTE E FELIZ

Gritaria, música alta, adolescentes, sanduíches de presunto e queijo, bolo de cenoura, suco de caixinha, perucas e sapatos de salto alto. Era a hora do recreio, intervalo entre a Aula de Dança e a Aula de Produção de Fanzines, na E-JOVEM em Campinas. Depois, todos entravam na sala de aula, com pilhas de revistas, caixas com canetinhas coloridas e lápis de cor, tesouras, tubos de cola, computadores... e mais perucas e sapatos de salto alto. Assim, começavam as oficinas de produção de fanzines com adolescentes e jovens gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e héteros – também chamado de LGBTeens<sup>3</sup> ou e-jovens.

<sup>3</sup> LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis). Teen é a abreviação de teenager, que em inglês significa adolescente.

O público que procurava o curso de Produção de Fanzines era bem jovem: Max, 14 anos; Hosana, 15; Nillo, 16; Vinicius/Saivetty, 16; Dani, 17; Michael/Shane, 17; Dell, 18; Juana Camp, 18; Lene, 18; Bruna Baby, 19 e Aline, 29 (todos os nomes são fictícios). No primeiro dia, os jovens conheceram a escola e logo depois começamos uma conversa a fim de nos conhecermos. Durante a conversa, cada aluno contou um pouco sobre sua vida. Alguns eram homossexuais assumidos, outros não, alguns héteros. Contaram casos de violência doméstica, agressão, tentativas de suicídio. Havia diversidade de interesses e expectativas sobre o curso: desde curiosidade em relação às artes gráficas ou participação da militância e debates sobre diversidade, até garotos que procuravam outros gays com outros interesses além de sexo e balada, “pois na internet e nas boates só tem isso”.

Na primeira aula, tentei me afastar do papel de pesquisador, na apresentação perante os alunos (ainda não sabia como os jovens lidavam com o termo “pesquisador” e se essa palavra carregava alguma essência repressora), portanto, ao me identificar, disse que fazer fanzines era um passatempo para mim, e por meio desse passatempo eu me expressava, assim como milhares de outras pessoas o fazem. Quis mostrar interesse em participar do grupo como um fanzineiro observador, e dessa forma, tive que aprender o que era aquilo, para me expressar diante de olhares curiosos. Expliquei para eles que não existem regras em um fanzine, é a liberdade de expressão colocada no papel, o foco não é no público consumidor, e sim no próprio fanzineiro. Durante as primeiras aulas, os jovens perguntavam para o professor: Posso escrever palavrão? Posso fazer direto no computador? Posso colar lasquinhas de lápis de cor? Posso dizer que o meu pai é um banana? Poucos encontros depois, eles foram deixando de perguntar o que podiam ou não fazer e o processo de confecção de suas páginas fluía sem qualquer intervenção minha, com raras exceções.

A “repressão” e a “necessidade de visibilização” estão presentes já no nome escolhido para o fanzine, durante os primeiros encontros. São cinco significados: 1 – “No Closet”, ou seja, “No armário”. O armário é uma gíria e significa esconderijo, portanto, quando um gay “está no armário” é porque ele não é assumido e está escondido; 2 – “No Closet”, ou “Sem armário” em inglês, significando uma negação à repressão, uma luta; 3 – “No Closet!”, em que o T dá lugar a um ponto de exclamação. Quando o curso começou, era muito usada a gíria “dar close” e “estar no close”, com os mesmos sentidos de “dar pinta”, “dar bandeira”, ou seja, “ficar evidente, à mostra, nítido, focado, aproximado”. Era usado em tom de elogio, portanto era ótimo estar “no close!”; 4 – “No Close!”, “Sem destaque” em inglês, com a negação implícita e significando “sem brilho, sem evidência, sem expressão”; 5 – “No Close!” derivando de “not close” (“não feche” em inglês), com o “fechar” evidentemente significando “reprimir” ou “invisibilizar”.

O combinado entre eles (alunos e professor) era fazer cinco edições de fanzines com os seguintes temas: 1 – Sigla LGBT e Identidades; 2 – Infância e Diversidade Sexual; 3 – Segurança e Saúde Pública; 4 – As Cores da Bandeira; 5 – “Revolta de Stonewall”, marco do início da luta pela diversidade sexual.

Percebi que nos primeiros encontros os LGBTeens preferiam trabalhar individualmente e sentiam a necessidade de explicar as próprias composições, justificar os elementos

que as compunham e, por meio disso, acabavam fazendo uma espécie de terapia em grupo. Mais tarde, algumas páginas começaram a passar por um processo coletivo, todos participando de várias páginas ao mesmo tempo, opinando, procurando materiais, e ao final do processo a página estava carregada de sentido para todos.

Antes, o processo era algo individual, que explodia na necessidade em expor algo que estava contido e que eles queriam dizer para a sociedade. Depois, tornou-se uma maneira de se expressar com o objetivo secundário de educar e divulgar as suas produções. Ao final, criaram o fanzine sobre a Revolta de Stonewall, em que os fatos históricos estão em primeiro plano em relação aos discursos reprimidos.

A leitura de “O Processo Ritual” – os trechos sobre “liminaridades” e “communitas” e os rituais modernos das performances artísticas – me provocou a refletir acerca de uma dinâmica dos encontros, que já havia sido identificada, mas nunca ficou tão nítida. Alguns jovens participavam da aula de dança, das 9h às 12h, aos sábados e faziam um lanche oferecido pelo próprio E-JOVEM (feito por Lohren – esposa de Deco). As aulas de fanzine aconteciam das 13h às 16h. Os primeiros minutos eram mais agitados, mais gritaria do que conversa. Em pouco menos de uma hora o silêncio dominava, quebrado pelo barulho de tesouras, pelas revistas sendo folheadas, pelas conversas quase sussurradas. Às vezes, durante o intervalo, eram selecionados clipes e músicas para ouvir durante a aula.

Os administradores da E-JOVEM diziam ficar impressionados com o silêncio e a concentração, pois nos outros cursos os LGBTeens faziam mais bagunça. Alguns visitantes (dois alunos de Comunicação da PUC – CAMPINAS), também comentavam ser algo muito inusitado, por exemplo, ver as revistas sendo vasculhadas – e, muitas vezes, lidas e comentadas – por adolescentes que minutos atrás haviam dito ter desistido dos estudos (caso de Max, 14, e Vinícius/Saraivetty – nome como drag,<sup>4</sup> 16); ou ver outros dois adolescentes que quase se agrediram minutos antes numa discussão acalorada acerca de duas cantoras pop, agora fazendo uma pesquisa sobre “troca-troca”, de maneira séria, mostrando a gravidade que aquele assunto tinha para eles, procurando até mesmo pesquisas científicas a respeito das relações na infância.

A qualquer momento, quando algumas páginas já estavam prontas, começavam a troca de experiências, cada um à sua maneira: alguns explicavam seu trabalho detalhadamente; outros pediam por interpretações, que geravam ótimos debates; outros diziam que a página ainda não estava pronta e pediam sugestões e críticas (e alguns ficavam visivelmente chateados ou bravos ao receberem as críticas que pediram).

As liminaridades eram marcantes no grupo: criança ou adulto; feminino ou masculino; assumido ou enrustido; dependente ou independente. A “Homofobia ou não-homofobia” era também algo visto como uma situação liminar, de acordo com uma explicação de Nílo e Lene, sobre a contracapa do fanzine Número 1, a respeito da sigla LGBT:

---

<sup>4</sup> O termo *dragqueen* é uma gíria que surgiu por volta de 1870, tanto no mundo gay quanto no teatro. *Dragqueens* são artistas performáticos que se travestem, fantasiando-se cômica ou exageradamente com o intuito geralmente profissional artístico. Na maioria das vezes, apresentam-se em boates e bares LGBT, embora haja *drags* que façam eventos para público misto e heterossexuais, como animação em festas de casamento, debutantes, formaturas etc. Portanto, chama-se *dragqueen* o homem que se veste com roupas exageradas e, muitas vezes com estilo andrógino, femininas e estilizadas, e que tem como principal característica o humor.

Existem héteros que não amam nem odeiam gays, porque ninguém nasce odiando as coisas. E existem os héteros que aprendem a ser homofóbicos, que a gente mostrou lá na página três. Um dos objetivos do ‘No Closet!’ é educar esses homofóbicos e tirar eles dessa situação, transformando eles em héteros neutros de novo ou em aliados (NILO).

Aqui na Escola aprendemos essa palavra, que é ‘aliados’, héteros que lutam contra a homofobia. Usamos essa página para falar sobre a diversidade e sobre os homofóbicos que batem até nas pessoas que não são gays e lésbicas. Eu sou uma hétero aliada e justamente por sofrer homofobia eu vim aqui pra Escola (LENE).

Algo que era bastante evidente é que os LGBTeens sentiam-se orgulhosos ao final de várias composições, mesmo quando compartilhada de maneira tímida, mas não forçada, pois a apresentação das páginas era uma atividade opcional e, muitas delas, não eram compartilhadas. Era como uma passagem para outro estado ou pelo menos a experiência de uma nova sensação. Como se eles e elas deixassem de serem crianças sem opinião e se tornassem pessoas capazes de realizar discursos e expor pensamentos.

“É igual fazer um trabalho da escola, mas a gente pode realmente dizer alguma coisa, porque na escola a gente só diz o que o professor quer”(HOSANA).

Era a passagem de “alunos em aprendizagem” para “educadores e comunicadores”, e muitos afirmavam constantemente essa opressão exercida pelos adultos que insistiam em tratá-los como pessoas sem nada a comunicar. Algumas vezes, inclusive, tive até a impressão de que eu e a professora, de 29 anos de idade, éramos vistos como velhos demais ou conservadores, quando participávamos da exposição dos trabalhos.

Mas nem tudo o que foi produzido pôde ser publicado, pois existe um limite de impressão que dependia do orçamento feito pela E-JOVEM. Muitas dessas páginas foram feitas apenas para desabafar e os próprios autores pediam para não serem publicadas. Algumas páginas foram guardadas, outras foram rasgadas por eles.

Max, 14 anos de idade, tinha uma relação ruim com a mãe e a avó materna:

Tudo o que eu falo está errado! Tudo eu não sei! Pra tudo eu sou novo demais. Eu não posso fazer nada, pois tudo o que eu faço está errado. Daí eu sou gay, e sou errado também porque eu sou gay (MAX).

Frequentemente rasgava as suas páginas, nem chegava a mostrar para os outros alunos. Ele era o mais agitado do grupo, o que falava mais alto, o que mais dava risadas, mais bagunçava, mas ficava visivelmente desconfortável ao trocar suas páginas e sentimentos com o grupo. Uma dúvida que tenho até hoje é se esse desconforto em mostrar o resultado de suas composições era influência das repressões que ele sofria e das avaliações e julgamentos a que era submetido no dia a dia. Antes de apresentar a página para a turma, ele pedia para mostrar antes para o professor ou para o Deco, diretor do E-JOVEM. Acredito que ele tivesse medo de ser de alguma maneira avaliado negativamente pelos outros LGBteens,

seus pares. Suas páginas eram muito criativas, caprichadas e suas explicações bastante complexas. Ele trabalhava em alguma página, às vezes por mais de um dia, e depois rasgava, algumas vezes sem mostrar para os que sempre mostrava. Ele era o que mais perguntava sobre os limites da sua expressão – limites que todos já tinham percebido que não havia durante as aulas. Mas a facilidade que ele dividia as páginas com o professor de fanzine não era a mesma que ele tinha ao dividir com o grupo. Enquanto integrante da sociedade, e daquele grupo, ele era extrovertido e chamava atenção para si, mas sua individualidade era fechada em si mesma, silenciada por razões que não identifiquei. Conclui que ele estava tão acostumado a ter sua expressão reprimida, que ele sentia necessidade de alguém que o dirigisse e o deixasse seguro para se expressar.

Hosana, 15 anos, era o oposto de Max e gostava de mostrar as suas páginas. Ela era uma das alunas mais curiosas, estimulava debates de maneira muito carismática.

Ai, eu sou uma burra! Antes de entrar aqui, pra mim travesti só fazia prostituição, e gay queria ser mulher, mas não era nem travesti nem mulher, era só gay que poderia virar travesti algum dia. Vai ver eu ainda não sei o que é gay e nem travesti, mas sei que não é o que eu achava que era (HOSANA).

Aliás, esses estranhamentos, como o de Hosana, geravam debates e propostas de páginas. “Você é gay, mas não parece!” “Como você consegue ser tão delicada e tão lésbica?”, “Existe travesti virgem?!”, “Existe país com pena de morte para gays?!”,

E o que dá um caráter *sui generis* ao “No Closet!” é justamente isto: ser uma produção gráfica feita por adolescentes LGBTs, que compartilham fragmentos de sua integralidade, sentindo-se completos e acolhidos, estranhando-se, conhecendo-se, reconhecendo-se, mostrando-se para uma sociedade que, em outras proporções e de outras maneiras, os estranha, conhecendo-os e reconhecendo neles, mas que despreza e constrange alguns fragmentos de suas totalidades, como suas configurações sexuais, por exemplo.

Esse constrangimento foi exemplificado por um comentário de Lene sobre uma página de Vinicius/Saraivetty, em que há um homem em pé, com uma gota entre as pernas e uma poça d’água embaixo. Vários significados foram dados pelo grupo, entre eles, aquilo era água residual de um processo de limpeza do reto (conhecida entre os gays como “Chuca”), ou então queria dizer que mesmo sendo gay ele “faz xixi em pé e não sentado como as mulheres”, ou então era um “homem menstruando”. Lene comentou:

Quando uma menina menstrua pela primeira vez, ela pode pedir ajuda para os pais. E os pais nos ensinam como fazer higiene, e quando crescemos temos um pouco de liberdade para conversar sobre sexo, principalmente de filha para mãe, de filho para pai, ou entre irmãos ou amigos do mesmo sexo. Mas com quem um menino gay pode conversar? Eu não consigo imaginar um pai falando sobre chuca com um filho. Até poucos dias atrás eu nãoalaria sobre chuca nem com vocês! E se muita gente já não vê liberdade para falar sobre virgindade com os pais, imagina falar sobre perder a virgindade com alguém do mesmo sexo? (LENE).

Esses questionamentos originaram outras composições, sobre virgindade, sobre falta de diálogo, sobre a figura dos pais, sobre saúde. E esse era um processo que não acabava, pois a cada página eram temas novos que brotavam ou ressurgiam com uma nova perspectiva. Era um ciclo: exposição e partilha do trabalho, acolhimento, reconhecimento, estranhamento ou identificação com o trabalho pelos outros, criação de um novo trabalho motivado pelo trabalho exposto, exposição e partilha do novo trabalho.

Quem participou e ouviu as explicações daqueles trabalhos, pelos próprios fanzineiros, obviamente foi interpelado de maneira mais densa do que alguém que apenas folheou, mesmo que atentamente, os fanzines. Tiveram contato com a justificativa da escolha dos elementos e recursos e, por vezes, influenciaram que a página se configurasse daquela maneira. Mesmo assim, algumas páginas chamam a atenção de qualquer pessoa, sem a necessidade de uma mediação, por exemplo, no Fanzine 2, sobre “Infância e Diversidade Sexual”, em que o personagem da história em quadrinhos das páginas 4 e 5, um menino de 6 anos de idade, é proibido de fazer um piquenique amoroso com o namoradinho e se sente jogado para os jacarés pela professora. Ao final, o personagem diz: “Na hora que a nossa felicidade está em jogo, não podemos brincar”. Essa frase, de uma composição feita por Vinícius/Saraivetty, mexeu com todos os alunos e eles concluíram que desde pequenos eles tinham que fingir estar felizes e brincar com o que não queriam, ou ser quem não queriam. Eles falavam dos papéis sexistas nas brincadeiras infantis. Foi nessa partilha que um dos alunos lembrou de Ludovic, personagem do filme “Ma Vie en Rose”, que se veste de Branca de Neve durante uma peça da escolinha para realizar, mesmo que ilusoriamente, a vontade que tinha em ter um papel social feminino. E então resolveram fazer uma seleção de filmes que tratasse de sexualidade e infância. A pesquisa por filmes e leitura de sinopses estimulou a discussão de novas pautas, como incesto, troca-troca, profissões estereótipos.

Essas discussões sobre a divisão de papéis sexuais era constante e Hosana maravilhava-se com o que chamava de “novas descobertas”. O que tanto fascinava Hosana eram os papéis sócios sexuais que eram esvaziados ou subvertidos pelos gays daquele grupo. Ela adorava ver alguns meninos transformando-se em *drags* e dizia ter inveja da vida dos meninos gays, pois “podem se vestir de mulher, dar mais close que eu e ainda por cima fazer xixi em pé em qualquer murinho!” Essas observações de Hosana foram condensadas diversas vezes, como nas páginas 6 e 7 do Fanzine 2, em que ela propõe jogos e uma escola sem divisões de gêneros sexuais, com pessoas diferentes fazendo as mesmas atividades juntos, sem imposições ou divisões.

A página 10 da mesma edição também foi feita por Hosana. Em mais um de seus estranhamentos, Hosana dizia que ao passo que os meninos têm mais liberdade para correr, se sujar, falar palavrões, rebelar-se, serem violentos, eles também estão presos, pois não podem brincar com coisas mais delicadas, como bonecas, mesmo que seja a boneca da She-Ra ou algo que remeta a um universo truculento. Apontar essas oposições era constante para Hosana, e na sua visão as divisões de gênero sexuais nas interações infantis eram banais e naturais, pois desde pequena ela teve contato com a frase “isso é de menino, isso é de menina”. Mas foi fazendo essa página que ela, com o grupo, foi significando os elementos



até então banais: A bola era chutada, era mandada para longe, era alvo de um movimento violento, furioso; em oposição às bonecas que eram carregadas próximas ao peito. Os meninos podem usar máscaras, se sujar mais, ficarem feios, gritar, terem brincadeiras até mesmo escatológicas e assustadoras, em oposição às meninas que brincam de se maquiar, fazer tranças, e aprendem a cultivar a beleza delas.

Na página, a frase “Ser livre para ser criança” é completada por “não tem price (preço)”, e desmentida pela frase “Mas tem máfia”. No caso, a máfia adulta sexista, que proíbe um menino de brincar com uma boneca do mesmo jeito que uma menina.

É uma liberdade, mas não é, porque um menino pode brincar de boneca se fingir que está salvando a she-ra, ou fazer lutinha com ela, mas ele não pode brincar com uma Barbie que não está sendo salva ou que não está lutando (HOSANA).

Fazendo uma comparação superficial com o texto “O Arco e o Cesto”, a boneca é o cesto, a bola é o arco. Os homens caçam e chutam, as mulheres carregam e cuidam. Antes de nascer, o menino ou menina já recebe o nome masculino ou feminino, os pais traçam planos de vida de acordo com o gênero sexual, são dadas várias insígnias de acordo com o gênero sexual. E se desenvolvem até a fase adulta nessa divisão de papéis.

A bola que o menino chutava, as guerrinhas que ele fazia, transforma-se na rivalidade contra outros meninos e no perfume masculino para conquistar a primeira namorada, e como diz o texto, “alguns anos mais tarde, oferecem-lhe um arco muito maior, flechas já eficazes, e os pássaros que ele traz para sua mãe são a prova de que ele é um *rapaz sério e a promessa de que será um bom caçador*”. Depois vêm as figuras modernas do primeiro emprego, a primeira bebida alcoólica, a primeira balada, a primeira vez a dirigir um carro de verdade, a primeira relação sexual, que tornam o rapaz um “verdadeiro caçador, um kybuchuété”.<sup>5</sup> Essas expectativas depositadas nos filhos era algo que mexia com os LGB-Teens. Muitos deles diziam não ter medo dos pais ao assumir a homossexualidade, mas alegavam que ficavam com receio de desapontá-los.

E esses debates quase sempre eram levantados pela Hosana e pela Dani, heterossexuais vaidosas e delicadas, as bonequinhas da Escola. Os gays gostavam muito de ouvi-las, e acredito que a heterossexualidade delas é que tenha garantido o interesse deles, pois eles já haviam banalizado essa discussão das insígnias sexuais. Já tinham aprendido a lidar com isso. Uma conversa entre eles, meninos gays, que passaram pelos mesmos constrangimentos, era diferente quando defendido por uma menina, hétero, com uma família sem preconceitos explícitos, pois o pai de Hosana deixava a filha na porta da escola.

Esse tabu sobre o contato físico com as insígnias mais evidentes do sexo oposto permite evitar assim toda transgressão da ordem sócio-sexual que regulamenta a vida do grupo. Ele é escrupulosamente respeitado e nunca se assiste à estranha conjunção de uma mulher e um arco nem àquela, mais que ridícula, de um caçador e um cesto (*O Arco e o Cesto*, CLASTRES, Pierre, p. 75).

<sup>5</sup> Termo utilizado por Pierre Clastres no livro “A sociedade contra o Estado”, 1986. Kybuchuété significa verdadeiro caçador, guerreiro.

Acontecendo essa conjunção, o “Pané” ou “azar na caça” é atraído. Essa “maldição” é vista por muitos pais ao verem o filho interessando-se por atividades classificadas femininas, ou o contrário. Os pais temem a homossexualidade no filho, entre muitos motivos, pois eles temem que o filho e a família deixem de ser vistos como célula da comunidade a que pertence. A homossexualidade ainda é considerada inútil para a reprodução, portanto, a união homossexual não gera uma nova família, não gera novos consumidores, não gera padrões de caça, coleta nem troca de bens. Ainda é forte o argumento de que um filho homossexual destrói a estrutura social e danifica a economia. O casamento e a família legitimam o estado da estrutura e um filho gay não garantiria a solidez dessa estrutura, por isso é indesejável.

Muitos adolescentes acreditam nisso e isso dá inspiração de sobra para a composição de suas páginas. Alguns têm medo da estrutura social, como ficou evidente no Fanzine3 sobre Segurança e Saúde Pública; outros sentem-se fora da estrutura, como nas páginas 8 e 9 do Fanzine 2, no qual a realidade é como se fosse a tela de uma TV e com a frase “Eu de fora” frisando essa posição; alguns sentem-se vazios e invisíveis diante da estrutura, como a capa do Fanzine 2 em que um boneco assexual é bombardeado por vários elementos:

“O boneco unissex no caos da capa é como as crianças, que são bonecos neutros que os pais usam pra brincar, mas brincam errado, porque os pais deles também brincaram errado”(VINICIUS/SARAI VETTY).

Essas divisões de papéis foram trabalhadas em diversos temas, como sobre o Alistamento Militar Obrigatório, a presença de mulheres e homens homossexuais na Segurança Pública, como se estes não tivessem habilidade para lidar com essa atividade. E até entre os LGBTeens é comum imaginar que uma mulher ou gay teriam funções menos arriscadas nas Forças Armadas, o que me lembrou o trecho em que se diz que um Guaiaqui que atraía o Pané e não podia mais usar o arco, podia capturar tatus e quatis com as mãos, tipo de caça que está longe de apresentar a mesma dignidade que a caça com arco. Um gay ou mulher num posto alto de comando militar, ou um homem heterossexual que não demonstra interesse na segurança e disciplina da sociedade, introduzem um fator de desordem que, de tão indesejável, provocam em alguns a homofobia e o machismo que se manifestam por meio de piadas, violência verbal e física; e, no caso destes LGBTeens, provocam as tensões, angústias e anseios que se manifestam por meio das composições das páginas.

Acredito que compor páginas de um fanzine, que muitas vezes fazem sentido apenas para o próprio fanzineiro, assim como o canto dos caçadores Guaiaqui, manifestam a função aberta de comunicação e também funcionam como constituição de um ego. Como a intenção da Escola Jovem LGBT é a divulgação de produções culturais, escolheram publicar páginas que, além de mostrar temas frequentes sobre diversidade sexual, também mostrassem um pouco desses adolescentes. Algumas páginas eram tão carregadas de emoções pessoais que se tornaram abstratas e, por não atingir o receptor, não foram impressas. Mas podem ser vistas na sede da escola. Ao mesmo tempo, é uma tristeza saber que algumas páginas não foram publicadas a fim de manter o caráter social do Ponto de Cultura e de

divulgar material que objetivasse a militância LGBT e a visibilização de assuntos pouco discutidos fora dos grupos de homossexuais.

Participar daqueles encontros causou um impacto muito grande em mim e nos alunos. Eu tinha meus círculos sociais, eles os deles, mas quando eles começavam a justificar suas composições, era praticamente uma purificação. Por exemplo, o pedido de Max de colocar uma abóbora em uma das páginas. Sua explicação:

“Eu não era uma criança, eu era uma abóbora querendo ser princesa. Eu era um gato feio, mas posso virar uma gata linda num estalar de dedos”.

E esse pacote de “Luftal MAX”?

“Porque meu nome é Max e estou pronto pra explodir.”

Atualmente, os fanzines “No Closet!” são trocados com outros grupos de fanzineiros ou em eventos a respeito da diversidade sexual, e é sempre recebido com muita curiosidade e admiração. Mas as páginas impressas dessas revistinhas artesanais não carregam nem metade das histórias, angústias e alegrias que foram o combustível para a criação. Foi inevitável não fazer um paralelo com o artigo “Palavra (en)cantada, palavra encorpada” (MORELLI, 2010), sobre “o tipo de interação social sui generis que torna possível a criação”. Ao final de vários encontros (cinco que participei) senti um nó na garganta ao perceber que muitos daqueles alunos, outrora tão expressivos, alegres e sentindo-se seres integrais e integrados, retornariam para as suas casas onde teriam que se adequar a uma estrutura, seguir regras, obedecer assexismos, viver um fragmento desagradável da vida e voltar para dentro dos armários, calados, para no próximo final de semana saírem do armário no “No Closet!”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Sen (2000), a liberdade está associada aos direitos que as pessoas possuem para viverem sem restrições. Ele considera oportuno agregar todas as garantias: políticas, protetoras e, civis aos cidadãos, para que possam exercer de fato a cidadania.

O economista aponta cinco tipos de liberdades que compõem “O exercício pleno da cidadania das pessoas: (1) liberdades políticas; (2) facilidades econômicas; (3) oportunidades sociais; (4) garantias de transparência; (5) segurança protetora” (SEN, 2000, p. 25). No tocante ao tema proposto, falar em liberdade de expressão sexual leva à reflexão sobre as oportunidades sociais e segurança protetora, nos termos de Sen.

O Brasil vivencia ainda hoje o fato de partidos políticos de cunho religioso e outros grupos moralistas interferindo nas questões referentes à sexualidade, considerando todas as manifestações não heteronormativas uma afronta “à moral e aos bons costumes”.

No entanto, a diversidade sexual não fere direitos correlatos à liberdade das pessoas. Compreender, legitimar e politizar a diversidade sexual é atentar contra a garantia da liberdade incondicional que todo ser humano necessita para se desenvolver.

Quando um Estado, representado por políticos moralistas, defende ideais excludentes, por exemplo, quando nega reconhecer direitos aos LGBTTTs, está ferindo não só as pessoas, mas também a Carta Constitucional e tratados internacionais que preconizam a liberdade.

A liberdade política e as liberdades civis são imediatamente importantes em si mesmas e não têm de ser indiretamente justificadas pelos seus efeitos na economia. Pessoas sem liberdade política ou direitos cívicos estão privadas de liberdades importantes para a construção de suas vidas e veem recusada a oportunidade de participarem em decisões cruciais relativas à vida pública (SILVA, 2000, p. 6-7).

Deixar de reconhecer e legitimar a existência digna dos LGBTTTs nesta nação é perpetuar um histórico de violência e preconceito frente a esse público; é manter a nação estagnada no tempo, desrespeitando o povo que aqui nasceu ou que escolheu o Brasil como território para moradia e desenvolvimento. Para Sen(1993), a liberdade vai além daquela comumente apresentada, ligada a uma rentabilidade econômica, transformando sua condição de pobreza. A liberdade associa-se a outras vertentes de grande importância que garante qualidade de vida.

A visão do economista pode ser refletida a partir da fala dos entrevistados, que ofereceram uma gama de informações que retratam as privações de direitos e a consequente restrição de liberdades que vivenciaram durante suas vidas. Observa-se como obstáculos aspectos culturais oriundos da família e da sociedade, descompromisso educacional com a diversidade sexual, que geram homofobia e agressões físicas, sexuais e psicológicas a homossexuais, havendo falta de espaço de expressão a essa população.

Discutir sexualidade e suas múltiplas expressões é pensar nas oportunidades sociais, civis e políticas que todos merecem possuir. Debater a questão sexual e as implicações sociais é pensar em melhores condições de vida aos LGBTTTs.

Para isso, é necessário que a sociedade repense suas tradições, pois estas, à luz de Sen, ainda compreendem uma forma de imposição de suas ideologias, formatando comportamentos, hábitos, autorizando determinadas práticas, proibindo outras. As tradições, quando enriquecem uma nação e preservam uma história e cultura, são de grande valia, mas quando restringem as liberdades humanas, devem ser repensadas.

Para Silva (2000, p.10), “considerar o desenvolvimento em termos das liberdades concretas das pessoas tem implicações de longo alcance, como a da importância central da privação de restrições”.

Nota-se que muitas pessoas têm se mobilizado no sentido de questionar as privações a que estão submetidas e exigem um olhar mais sensível por parte do Estado para questões de ordem racial, de gênero e de sexualidade. Esses aspectos tornam-se, portanto, fundamentais quando se pensa em desenvolvimento humano e social. Sen afirma que para a sociedade viver a plena liberdade é necessário um processo de desenvolvimento amigável, distante de imposições, violências ou outras formas coercitivas de silenciar a população.

Abordar uma escola destinada ao público LGBTTT em um programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional é saber reconhecer a importância de estudos que podem ser úteis para a ampliação nas produções científicas referentes ao segmento LGBTTT, além de refletir sobre possibilidades para a garantia de seus direitos e sociabilidade na sociedade contemporânea, mostrando que a humanidade se desenvolve de acordo não só com as mudanças econômicas e sim com mudanças sociais.

A E-JOVEM proporciona aos alunos momentos de libertação diante da opressão que cada um viveu, pode se verificar, nas falas dos entrevistados que o preconceito que ainda existe contra pessoas que vão em caminhos inversos do que a sociedade coloca como padrão, é forte e preocupante. Ao se ter momentos de afetividade e de abertura diante das falas e da preocupação daqueles que sofrem, a E-JOVEM passa para os seus alunos e a comunidade o sentido da liberdade diante da aceitação de suas orientações sexuais, sem medo de represálias, mesmo se isso existir ao menos no espaço escolar da E-JOVEM.

Como em todo momento de mudança, a realidade de hoje guarda várias contradições. Ao mesmo tempo em que vemos e convivemos cada dia mais com uma diversidade sexual cada vez mais rica e menos rotulada, se mantêm e até se reforçam atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas de pessoas, grupos e instituições conservadoras. Esse embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão originada nos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos. Na família, no círculo de amigos, na comunidade, no trabalho e, é claro, na escola.

É fundamental hoje que se ampliem, criem e estabeleçam políticas públicas voltadas para profissionais de educação que trabalhem para deslocar as discussões sobre a homossexualidade.

É importante ampliar o debate sobre sexualidade, gênero, sexismo, enfim, uma série de questões mais amplas e que são fundamentais para a superação de um ambiente homofóbico na escola.

Gadotti (2000, p. 41) questiona “que tipo de educação necessitam os homens e as mulheres dos próximos 20 anos, para viver este mundo tão diverso?” Certamente, eles e elas, precisam de uma educação para a diversidade, necessitam de uma ética da diversidade e de uma cultura da diversidade. Uma escola que eduque para a pluralidade cultural, que perceba o outro como legítimo outro, o qual possui uma história, uma cultura, uma etnia e que perceba a turma de alunos como heterogênea, visto que cada aluno possui um diferencial, pois provém de lugares, culturas e famílias distintas, apresentando ritmos diferentes para aprender, o que caracteriza a pluralidade no espaço escolar.

A luta dos educadores da E-JOVEM pelos direitos e pelo reconhecimento das diferenças não pode ser dar de forma separada e isolada. É preciso que políticas governamentais apoiem os programas educacionais, bem como os meios de comunicação, os quais têm forte influência de persuasão. O professor não pode pensar que a inclusão é exclusividade de deficientes ou de pessoas vistas como “não pertencentes” ao convívio social (visão homofóbica) e que para esta acontecer basta adaptar o espaço físico e ter profissionais qualificados. Isto é preciso, mas não é o suficiente, porque uma escola com olhar voltado para a inclusão social jamais irá pensar somente no “diferente”, mas sim em todo tipo de diferença que existe e que surge a cada dia. É necessário que a escola prepare as novas gerações para essa educação, voltada para a diversidade. Por meio dessa perspectiva, acredita-se que irão se romper as barreiras negativas construídas ao longo do processo histórico, “o preconceito”.

A cidade de Campinas avançou com o estabelecimento do E-JOVEM, representando uma iniciativa de resistência ao conservadorismo e de emancipação do respeito à visibilidade

de LGBTTT. As políticas para a juventude ganham com ações da natureza apresentada pela Escola Jovem e a sociedade, mesmo resistente, passa a enxergar (o que é muito importante em um processo de ruptura e desenvolvimento) o trabalho da Instituição.

Mudar não é tarefa fácil e todos sabemos disso, mas o prazer da mudança surge quando a própria escola se torna espaço de (trans)formação. E somente por meio dessa prática (trans)formadora é que poderemos construir uma sociedade mais justa, que inclui e não exclui, que percebe a escola como espaço de construção, por meio da valorização das individualidades, do respeito para com as diferenças, com a cultura de cada um, onde a educação é o elemento essencial para um mundo menos violento.

Pensar a questão da implementação das políticas públicas contra a homofobia importa em uma tentativa de definirmos as políticas públicas. Para Celina Souza, não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública e sintetiza dizendo:

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propormudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA,2002).

Conclui-se que a E-JOVEM proporciona aos alunos momentos de libertação diante da opressão que cada um viveu, pode se verificar, nas falas dos entrevistados que o preconceito que ainda existe contra pessoas que vão em caminhos inversos do que a sociedade coloca como padrão, é forte e preocupante. Ao se ter momentos de afetividade e de abertura diante das falas e da preocupação daqueles que sofrem, a E-JOVEM passa para os seus alunos e a comunidade, o sentido da liberdade diante da aceitação de suas orientações sexuais, sem medo de represálias, mesmo que isso pareça existir somente no espaço escolar da E-JOVEM.

A implementação dos programas de políticas públicas contra a homofobia vem atender a dispositivo constitucional e garantia suprema dos direitos humanos, objetivando ações proativas dos organismos de segurança pública no combate aos crimes de intolerância, assim como promover no seio da sociedade a cultura da tolerância e respeito às diferenças. Não se concebe à luz do estado democrático de direito que ainda existam sociedades que pratiquem, fomentem ou se omitam em relação aos crimes de ódio que vêm dizimando membros de sua sociedade, relegando-os a um segundo plano, empurrando-os para um armário sombrio onde muitos vivem durante toda a vida com medo da discriminação, privados do maior de todos os direitos dados ao ser humano: a felicidade. Apesar de termos já políticas públicas orientadas para esse fim, o resultado em termos de diminuição da violência contra a população LGBTTT ainda é insatisfatório no Brasil. É necessário avaliar a eficácia das políticas públicas já em andamento, como é o caso deste estudo, mas também implementar novas políticas que contribuam com a mudança de mentalidade da população.



## REFERÊNCIAS

- AMARTYA, S. E. N. O desenvolvimento como expansão de capacidades. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, 1993.
- ARENDT, H. **Crisis da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BORRILLO, D. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.
- CUNHA, A.G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Papirus, 1993.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FERRARI, A. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo**. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>> 2006. Acesso em: 21 de ago. de 2013.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GIRARD, R. **A violência e o Sagrado**. São Paulo: Unesp, Paz e Terra, 1990.
- HONNET, A. **Lutaporreconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: ed. 34, 2003.
- JUNQUEIRA, R.D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas**, v.1, n.1, p. 1-22, 2007. Disponível em [http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07\\_junqueira.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf)>. Acessado em: 10 julho 2013.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**, 3a.edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- LORENZ, K. **Agressão: Uma história natural do mal**. São Paulo: Moraes, 1973.
- MALUF, R. S. **Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, p. 53-86, 2000.
- MARSIAJ, J. (2003). Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. In: **Cadernos AEL**. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10.
- MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 2, 1996, p.59-7.

ROSA, M. **Introdução à Psicologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

SAITO, B. Y. **Revista Criativa**– Globo – Edição 267, julho de 2011.

SCHULMAN, Sarah. **Ties that Bind**: Familial Homophobia and Its Consequences. New York: The New Press, 2009.

SILVA, H. B. Amartya Sen, **Desenvolvimento como Liberdade**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Seminário de Ética e Filosofia Política, 2000.

SOUSA FILHO, Alípio. Educação sem Preconceito: A Família e a Homossexualidade. In: **Revista Eletrônica Boca da Noite**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index\\_arquivos/ARTIGOS%20EM%20JORNAL%20E%20REVISTAS/ARTJORNAL\\_PDF/EDUCACAO%20SEM%20PRECONCEITO.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20EM%20JORNAL%20E%20REVISTAS/ARTJORNAL_PDF/EDUCACAO%20SEM%20PRECONCEITO.pdf)>. Acesso em: 1º. junho, 2015.

TIN, Louis George (org.). **The Dictionary of Homophobia**. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2008.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n.2, Florianópolis, 2001.

Submetido em: 10-12-2014

Aceito em: 25-8-2015